



## Perda salarial dos servidores é maior que a dos trabalhadores da iniciativa privada

Os servidores públicos federais amargam uma perda salarial de quase 30% desde 2017, ano em que foram pagos 5% de reajuste graças a um acordo feito anteriormente, em 2015, no governo de Dilma Rousseff (PT). Se não houvesse esse acordo, provavelmente as perdas seriam maiores, já que Michel Temer (MDB-SP) e Jair Bolsonaro (PL), os presidentes que a sucederam não deram um centavo a mais para a categoria.

O desprezo pelo trabalho prestado à sociedade pelos servidores é tanto que, pela primeira vez, eles tiveram uma redução na renda maior do que o setor privado. Desde 2019, auge da pandemia, até agora as perdas foram de 8,5%, já descontada a inflação. Para os trabalhadores do setor privado as perdas, no mesmo período, foram menores: 2,9%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, as perdas dos servidores são quase o triplo dos demais trabalhadores.

Na comparação do trimestre de maio a julho de 2019, antes da pandemia da Covid-19, a renda média do setor público era estimada em R\$ 4.468 (em valores de hoje). Três anos depois, em igual trimestre de 2022, o rendimento real baixou para R\$ 4.086.

A média salarial dos trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada, no mesmo período, recuou de R\$ 2.421 para R\$ 2.350. As perdas para os trabalhadores domésticos foram ainda maiores: a renda caiu 5,1%. A média encolheu de R\$ 1.106 para R\$ 1.050, ficando ainda mais baixo do que o salário mínimo atual de R\$ 1.212.

Esses números mostram que os servidores públicos federais fo-



ram os mais afetados com perda de renda, em termos percentuais.

É preciso ressaltar que a média salarial do servidor é de apenas R\$ 2.727, de acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), feito no ano passado. A média é puxada para cima por causa dos salários dos servidores que ganham acima de 30 mil, que são juizes, promotores, desembargadores, ministros e o Presidente da República.

O secretário-geral do Confederação da Nacional dos Servidores Públicos (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, diz que a atual situação financeira da categoria é produto da destruição do serviço público patrocinada pelo atual presidente da República, que prometeu e cumpriu a promessa de arrochar os salários.

“Nós tentamos fazer diversas negociações, alertas de greves, fizemos greves efetivamente, mas não fomos ouvidos pelo governo. A destruição não foi maior porque conseguimos barrar a PEC 32, da reforma Administrativa”, diz o dirigente se referindo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que não foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Se a PEC fosse aprovada colocaria cargos públicos à disposição do toma lá dá cá dos interesses eleitoreiros país afora, já que

tirava a estabilidade do servidor que poderia ser demitido, caso suas decisões técnicas não agradassem ao chefe de plantão, seja ele prefeito, governador ou presidente, além de sofrer pressões políticas de todos os lados, além de abrir espaço para a corrupção.

“Os servidores hoje não sofrem apenas com as perdas salariais, sofrem com o assédio moral deste governo e dos militares que querem impor na administração pública o regime deles. Nossa esperança é que em 2 de outubro [dia da eleição] essa tempestade possa acabar”, declara Sérgio Ronaldo.

### Promessas não cumpridas

O secretário geral da Condsef lembra ainda que o presidente da República chegou a prometer que daria ao menos 5% de reajuste salarial, embora os servidores públicos reivindicassem 19,99%, menos até do que a inflação do período.

“O limite para dar o reajuste em função da lei eleitoral era até 2 de julho, mas ele só ficou na promessa, enviando recados via imprensa, sem nunca conversar com a categoria. O objetivo do governo Bolsonaro foi cumprido, arrochou os salários dos servidores públicos e ainda piora o clima no trabalho com pressão e assédio moral”, conclui Sérgio Ronaldo.

Fonte: CUT



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO EDITAL Nº 016/2022

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 35.192.053/0001-36 por seu Presidente legal abaixo assinado, considerando a reunião Plenária Nacional dos Empregados (as) da EBSERH da Base da CONDSEF/FENADSEF, realizada em 06/09/2022, CONVOCA, na forma do seu estatuto, todos (as) os (as) empregados (as) da EBSERH, filiados (as) e não filiados (as), da sua base territorial de representação, a participarem da Assembleia a ser realizada no dia 16/09/2022, às 12:30 horas, no Setor de Marcação de Consultas do Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 - Centro, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

- a) Paralisação coletiva da prestação dos serviços a partir do dia 21/09/2022;
- b) Autorização para o sindicato e CONDSEF/FENADSEF adotarem as providências administrativas e judiciais;
- c) Manutenção da prestação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
- d) Outros assuntos relacionados à paralisação.

São Luís (MA), 13 de setembro de 2022.

João Carlos Lima Martins,  
Presidente.